

CADERNOS DE PESQUISA

A PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL

APARECIDA JOLY GOUVEIA



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

JULHO
1971
SÃO PAULO

CADERNOS DE PESQUISA

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Setor Editorial

Resp.: Lólio Lourenço de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Adolpho Ribeiro Netto

Ana Maria Poppovic

Aparecida Joly Gouveia

Carmen Lúcia de Melo Barroso

Heraldo Marelim Vianna

Nícia Maria Bessa

CAPA

Derli Barroso

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Oficinas Gráficas da

Fundação Carlos Chagas

APRESENTAÇÃO

As atividades da Fundação Carlos Chagas no campo da pesquisa em educação é um dos objetivos que lhe foram originalmente estabelecidos e que ela vem desenvolvendo com regularidade desde 1968.

Além de trabalhos sistemáticos de análise dos resultados dos exames de seleção que realiza, para fins de refinamento dos instrumentos de medida nel_e utilizados, têm sido realizadas investigações baseadas nas informações sócio-econômicas e educacionais colhidas por ocasião da inscrição dos candidatos aos exames do CESCEM, ou dos candidatos a concursos públicos e a exame de madureza.

A importância notória dêsse setor de atividades, em nosso meio, e a crescente possibilidade de desenvolvê-las dentro da Fundação, graças à disponibilidade de maiores recursos destinados a elas, permitiu estabelecer um projeto mais ambicioso de trabalho, que começa a ser implantado.

Preocupação básica, dentro dêsse projeto, é a necessidade de desenvolver um sistema de comunicação eficiente entre as instituições, grupos ou pessoas que se dedicam à pesquisa educacional.

Êstes CADERNOS DE PESQUISA, que hoje se inauguram, pretendem ajudar a manter essa comunicação.

Iniciando, hoje, com uma visão geral da situação da pesquisa educacional no Brasil, os CADERNOS DE PESQUISA deverão conter, em cada um de seus números, seguintes, um trabalho original de pesquisa, procurando atender às várias áreas prioritárias no campo da educação.

Agradecemos a todos aqueles que se dispuserem a colaborar com ête nosso trabalho, trazendo-nos a sua experiência e suas críticas, que permitam aos CADERNOS DE PESQUISA cumprir adequadamente o que se propõe.

A PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL (*)

Aparecida J. Gouveia

INTRODUÇÃO

Afirmações sôbre a importância da pesquisa para a formulação e o acompanhamento de programas de ação de há muito figuram em discussões sôbre educação no Brasil. A questão teria sido levantada já por estadistas do Império (1). Expresso em medida concreta, o reconhecimento da importância da pesquisa verificou-se em 1938, quando se instalou, no Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), destinado a "realizar pesquisas sôbre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos". Desde então, o propósito de utilizar a pesquisa como fonte de esclarecimento para a administração da educação, que inspirou a criação daquele Instituto, tem sido frequentemente reiterado em pronunciamentos e documentos governamentais.

* Este trabalho foi realizado sob os auspícios da Fundação Ford. Expressando seus agradecimentos a essa Fundação, bem como às pessoas e instituições que lhe forneceram as informações solicitadas, a autora declara-se a única responsável pelas opiniões e pontos de vista nele contidos.

1. V. Educação e Ciências Sociais, Vol. I, nº 1, 1956.

Contudo, se se pudesse fazer uma análise com base nos recursos aplicados, constatar-se-iam, provávelmente, significativas oscilações na importância que os governos têm, de fato, atribuído à pesquisa relacionada com a educação. Devido, porém, a certas características de nosso sistema contábil, dificilmente se poderia fazer um estudo sistemático dos gastos oficiais com pesquisa pròpriamente dita. Os orçamentos governamentais consignam verbas para as instituições de pesquisa, mas sabe-se que a maior parte do pessoal lotado nesses órgãos não realiza trabalhos de pesquisa e, igualmente, que das verbas destinadas a material e serviços, a maior parte é absorvida em outras atividades.

Por outro lado, interessante flutuação pode observar-se na orientação dos trabalhos que, sob o rótulo de pesquisa, têm sido produzidos nas instituições oficiais (diretamente, ou sob seus auspícios). Embora não se possam traçar demarcações precisas e, em cada período, nenhuma das orientações assinaladas esteja inteiramente ausente, três tendências predominantes se observam na temática e metodologia dos programas incentivados.

No primeiro período, que abrange tôda a década de quarenta e grande parte da década subsequente, os estudos são, predominantemente, de natureza psicopedagógica. Os processos de ensino e os instrumentos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento psicológico constituem preocupação dominante. Assim, realizaram-se naquela época estudos sôbre a linguagem infantil, o vocabulário corrente na literatura periódica destinada à infância e à juventude, análise fatorial de habilidades verbais, padronização de testes para avaliação do nível mental, testes para estudos de certos aspectos dos vestibulares para escolas

superiores, e aplicação experimental de provas objetivas a candidatos a exames de madureza. A estrutura do INEP incluía, então, uma Divisão de Psicologia Aplicada, que não foi mantida nos organogramas posteriores. Datam desse período, também os trabalhos da CALDEME — Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino —, instituída pelo Diretor do INEP, em 1952, destinada a "fazer chegar às mãos dos professores guias e manuais escritos especialmente para a sua orientação".

O segundo período inaugurou-se oficialmente com a criação, no INEP, do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa, em 1956. Localizados no Rio de Janeiro, então capital do país, e nas capitais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Recife, esses centros deveriam promover "pesquisas das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país" (2). Do noticiário do CBPE relativo a 1956 constam, como objeto de pesquisas em andamento, tópicos tais como: educação e mobilidade social em São Paulo; relações de raça no Brasil meridional; relações entre o processo de socialização e a estrutura de comunidade em Itapetininga, São Paulo; e estrutura social da escola; indicações sobre o processo educacional fornecidas pelos estudos de comunidade; estratificação social no Brasil. A ênfase deslocava-se, assim, para estudos de natureza sociológica. Nesse período, que se prolongou até 1964, produziram-se, sob a responsabilidade de sociólogos e antropólogos, monografias, "surveys" e tentativas de análise macroscópica em que o foco de atenção são as relações entre a escola, ou o sistema escolar, e

2. op. cit.

certos aspectos da sociedade local, regional ou nacional.

Finalmente, no terceiro período, que se estende até os dias de hoje, esboça-se a predominância de estudos de natureza econômica, incentivados não só por certos organismos prestigiosos da administração federal mas também por fontes externas de financiamento. A educação como investimento, os custos da educação, a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis, e outros tópicos que sugerem, igualmente, racionalização, são itens frequentes em documentos programáticos. Como se depreende do levantamento das pesquisas em andamento, por nós aqui intentado, têm-se mostrado, nos últimos tempos, particularmente atraentes a órgãos oficiais de diferentes níveis os chamados estudos sobre recursos humanos.

Não faremos aqui qualquer tentativa para explicar tal flutuação, mesmo porque o fato talvez não se explique somente por fatores peculiares à história da política e administração da educação no Brasil mas, sim, esteja também vinculado ao desenvolvimento e prestígio das diferentes disciplinas — psicologia, sociologia, antropologia e economia — nos países dos quais somos intelectualmente dependentes. De qualquer forma, achamos que o fato deve ser considerado, ao se fazer uma avaliação do nível e da instrumentalidade das pesquisas educacionais no Brasil. O predomínio de certa corrente durante determinado período, com prejuízo do apoio que se poderia dispensar a outros tipos de orientação, bem como a substituição, em tempo relativamente curto, de uma orientação por outra, pode prejudicar o desenvolvimento da pesquisa em dois sentidos: em primeiro lugar, não se chega a colher os frutos de uma

tradição de trabalho suficientemente amadurecida; em segundo lugar, não se criam as condições necessárias para a realização de projetos interdisciplinares.

Particularmente em um país como o Brasil, em que os fundos para a pesquisa educacional provêm predominantemente do setor público, se este não procurar corrigir os desequilíbrios resultantes de pressões de grupos internos (profissionais ou políticos), ou de estímulos advindos do exterior, os problemas apontados poderão comprometer sèriamente os padrões e a instrumentalidade mesma dos estudos.

Outra questão que convém levantar, nestas considerações introdutórias sôbre a pesquisa educacional no Brasil, é a dos riscos de uma política de financiamento baseada exclusivamente em considerações de utilidade prática imediata. Não se admite que recursos relativamente escassos, como os de que dispomos, se apliquem em pesquisas bizantinas, motivadas por simples curiosidade intelectual, mas, por outro lado, a pressa em obter resultados para pronta utilização pode levar a estudos superficiais, aparentemente satisfatórios para certas necessidades de momento mas que, por não chegarem aos mecanismos básicos de causação dos fenômenos, pouco ou nada oferecem em termos de explicação e, conseqüentemente, de nenhuma valia são para efeito de previsão e contrôle.

I. PESQUISAS EDUCACIONAIS

Classificamos, como pesquisa educacional, para os propósitos deste levantamento, qualquer estudo que incida em uma ou mais das seguintes áreas:

- a) a situação escolar ou algum de seus aspectos (aprendizagem, métodos de ensino, material didático, alunos, professores, etc.);
- b) o sistema escolar (o conjunto dos diferentes níveis e tipos de escola, cadeias de comando na administração da educação, os mecanismos de controle, etc.);
- c) as relações entre a escola (ou o sistema escolar) e o sistema social mais amplo, em seu conjunto ou em algum de seus aspectos.

Tal conceituação baseia-se apenas no objeto de estudo, não implicando qualquer consideração de aspectos metodológicos. Contudo, por razões de ordem prática, excluem-se deste levantamento ensaios, análises filosóficas, elaborações programáticas e estudos referentes à construção de modelos.

Por outro lado, limita-se o levantamento a pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, concluídas ou em andamento (até julho de 1970). Essa delimitação não se baseia em simples razões de conveniência prática mas, também, no pressuposto de que as possibilidades de desenvolvimento mais seguramente se hão de inferir do exame da situação presente e temporalmente mais próxima, que da consideração de condições que prevaleceram em passado mais

remoto. Quanto ao alcance geográfico do levantamento, os limites se definiram unicamente em função de razões de ordem prática. Assim, êle se baseia principalmente no material que nos foi possível colhêr mediante contacto pessoal, direto ou escrito, com pessoas e instituições localizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Embora tivéssemos procurado obter informações de outras regiões, não sabemos em que medida as respostas obtidas cobrem as atividades que se desenvolvem em outros pontos do país.

Por outro lado, também não se incluem, neste levantamento, trabalhos para efeito de doutoramento no exterior e pesquisas realizadas, no Brasil, por estrangeiros.

A. Temas

Embora os critérios adotados permitam abranger grande variedade de temas, o exame do material publicado e das informações obtidas através de questionários indica que os trabalhos realizados nas instituições de pesquisa se concentram em certos temas, tais como: caracterização do corpo discente ou docente (geralmente em termos de aspectos sócio-econômicos) e descrição de escolas ou rêsdes escolares, em termos de número de alunos, qualificação dos professôres e matérias dos programas.

Estudos sôbre métodos de ensino e recursos didáticos são bem menos freqüentes. Mais raras, ainda, são as tentativas de avaliação sistemática de inovações. Nos chamados centros ou escolas experimentais, inclusive

nos filiados a instituições oficiais de pesquisa, introduzem por vezes inovações mas, em geral, não se atenta para as condições necessárias à avaliação baseada em controles de tipo experimental.

Por outro lado, tampouco figuram, entre os tópicos considerados por aquelas instituições, estudos relacionados com a dinâmica interna da escola. Da mesma maneira, a organização e o funcionamento dos sistemas educacionais, em seus aspectos burocráticos e vinculações políticas, não têm merecido atenção, ou não se têm prestado aos tipos de análise que o equipamento teórico e metodológico dos pesquisadores brasileiros permite realizar. Os tópicos considerados por pesquisadores filiados a universidades assemelham-se aos que se estudam nas instituições de pesquisa oficiais. Contudo, alguma variação se observa entre os psicólogos que, inspirando-se na literatura especializada, produzida principalmente nos Estados Unidos, focalizam certos problemas teóricos ou trabalham na elaboração, ou adaptação, de instrumentos para medir características psicológicas. No mais das vezes, porém, estes estudos focalizam assuntos muito específicos e não se integram em planos mais gerais de investigação que pudessem ter algum impacto sobre métodos de ensino ou situações escolares.

B. Metodologia

Os estudos, em sua maioria, são exploratórios e descritivos. Alguns não passam de simples levantamentos de dados sendo que, às vezes, tais levantamentos se realizam ao mesmo tempo em mais de uma instituição, levan-

do a resultados divergentes, ou a nenhum resultado. A justificativa para a realização de trabalhos dessa natureza encontrar-se-ia nas deficiências dos sistemas oficiais de coleta e divulgação de estatísticas escolares. Entretanto, o propósito de preencher lacunas ou detalhar informações, inspirador de tais levantamentos, produz dados que raramente servem a fins teóricos e freqüentemente nem sequer são utilizados para fins práticos imediatos.

Na verdade, muitas das pesquisas se definem como "caracterizações". Mesmo algumas das chamadas "avaliações" não se orientam por uma metodologia capaz de qualificá-las como tal. A maioria não emprega grupos de controle.

Percebe-se que o equipamento de análise é, em geral, limitado. Dos estudos que se baseiam em dados quantitativos, a maioria não apresenta mais que tabelas com freqüências relativas, não utiliza técnicas para a determinação de relações entre variáveis, e não recorre a controles estatísticos.

Os projetos que se realizam em instituições oficiais de pesquisa originam-se, freqüentemente, da preocupação com problemas "práticos". Necessariamente complexos, tais problemas são, em sua inteireza, convertidos em tópicos de pesquisa que, vagamente, levam diretamente à coleta de dados, sem maiores preocupações com a operacionalização de conceitos e especificação de hipóteses testáveis. Disso resultam projetos demasiadamente ambiciosos que jamais se concluem, ou que produzem relatórios com alguns dados e muitas especulações, ou muitos dados e poucas generalizações.

II. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS EM QUE A PESQUISA SE REALIZA

Em condições institucionalizadas, estudos relacionados com a educação realizam-se nos seis centros que integram a rede do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, em centros de pesquisa inseridos em algumas Secretarias Estaduais, no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento (IPEA), em núcleos de pesquisa de algumas entidades particulares que mantêm programas educacionais (SENAC, SESI), no Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas, na Fundação Carlos Chagas, e em institutos de pesquisa econômica e/ ou social que funcionam em algumas universidades. A maior parte, porém, dos trabalhos realizados por professores universitários resulta de esforços individuais relacionados com interesses intelectuais ou acadêmicos. A pesquisa é praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha papel secundário na carreira do professor universitário.

Outros campos, porém, têm-se beneficiado com recursos fornecidos por órgãos governamentais de financiamento — Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A educação não tem sido contemplada com recursos dessas fontes. Dos projetos relacionados neste trabalho, alguns se desenvolveram graças a algum tipo de subvenção da FAPESP. Tais projetos, porém, se realizam sob a responsabilidade de psicólogos ou sociólogos e classificam-se na área de Psicologia ou Ciências Sociais. A Educação, como área de estudo, não figura entre

as categorias identificadas nos relatórios sôbre bôlsas e auxílios por aquelas instituições.

Em que medida o fato se explica por uma falta de combatividade profissional dos que se dedicam à educação? Do relatório da FAPESP, relativo ao ano de 1969, consta a seguinte observação: "Como nos anos anteriores, também em 1969 nenhum pedido de bôlsa ou auxílio solicitado à Fundação deixou de ser atendido por limitação de recursos financeiros!".

Os recursos do govêrno federal aplicados em pesquisa têm sido administrados pelos Ministérios de Planejamento e da Educação e Cultura. Contudo, pelo que se infere das informações fornecidas pelos Centros que integram a rêde do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do MEC, os gastos com pesquisas têm representado, nos últimos anos, parcela muito pequena do seu orçamento. O pessoal regular é mantido com verbas orçamentárias, mas suas atividades têm-se restringido ao setor de treinamento — cursos para professores primários e pessoal de educação, de diferentes categorias.

O quadro técnico daqueles centros é constituído de Técnicos de Educação e Assistentes de Educação. Dos primeiros, exige a legislação tenham concluído o curso de Pedagogia, em nível superior. Dos assistentes de educação, não se exige curso superior, mas existem na carreira alguns diplomados por cursos dêsse nível em outros ramos — Ciências Sociais, História, Geografia, Filosofia. A remuneração do Assistente de Educação vai de Cr\$.. 432,00 a Cr\$ 508,00 mensais e a de Técnico de Educação, de Cr\$ 725,00 a

Cr\$ 883,00, tendo, uns e outros, a obrigação de prestar trinta e três horas semanais de trabalho. O salário no magistério primário, que exige número menor de horas e não pressupõe curso superior, vai de Cr\$ 625,00 a Cr\$1.289,80 em São Paulo, e de Cr\$ 398,40 a Cr\$ 853,94 na Guanabara. Por outro lado, com a expansão das matrículas nos cursos superiores e a abertura de novas faculdades, têm-se multiplicado as oportunidades de trabalho no magistério d'êste nível. Nas universidades federais, o salário inicial correspondente a doze horas semanais de trabalho é de Cr\$ 663,55.

Ao mesmo tempo, em São Paulo, o setor privado (empresas de consultoria e planejamento, pesquisa de mercado, comunicações de massa) tem-se mostrado capaz de atrair e reter pessoal formado em Ciências Sociais, psicologia e mesmo pedagogia.

O Centro Nacional de Recursos Humanos do IPEA - Ministério do Planejamento, que, como outros órgãos de alto nível, não tem os seus padrões de remuneração subordinados às escalas salariais da administração pública, promove pesquisas mediante contrato com profissionais que não têm vínculo empregatício com a instituição. Poucos, porém, têm sido os estudos na área da educação própriamente dita, realizados sob os auspícios d'êsse órgão. Parece-nos que um dos problemas é o de encontrar pesquisadores competentes que estejam interessados nos tipos de estudo que se incluem nas cogitações governamentais. Por outro lado, também, não se pode dizer em que medida preocupações de ordem político-ideológica, quer do lado da demanda, quer do da oferta, reduzem atualmente o potencial de que aquêle órgão poderia dispor. Parece-

nos, também, que a proximidade a órgãos de decisão, se vantajosa sob certos aspectos, resulta prejudicial à continuidade dos programas e à profundidade dos estudos. O assessoramento direto a este órgão e a necessidade freqüente de fornecer-lhes informações para fins vários desviam a atenção para problemas que não levam necessariamente a investigações de mais longo alcance. Para poder programar pesquisas, mesmo que não as executasse diretamente, seria necessário que a instituição contasse com a assessoria de elementos com experiência no campo da educação e que não fôsem inteiramente absorvidos por aquelas tarefas.

Quanto aos centros ou divisões de pesquisa que figuram nos organogramas de algumas Secretarias Estaduais de Educação, em geral dedicam-se êstes órgãos muito mais a atividades de treinamento e assistência ao magistério do que à pesquisa. Fazem, às vêzes, certos levantamentos sôbre situações ou problemas escolares, mas não dispõem de pessoal especializado ou re cursos financeiros para promover pesquisas.

III. "BACKGROUND" DOS PESQUISADORES

Os quadros técnico - profissionais representam proporção muito pequena do pessoal empregado na rêde de Centros de Pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Se daqueles quadros excluirmos os professôres que lecionam nas escolas e cursos mantidos por êste Instituto, verifica-se que os técnicos perfazem 13,5% do pessoal em exercício em 1970. São constituídos predominantemente de Técnicos de Educação e Assistentes de Educação.

Acresce, ainda, que a maioria das pessoas classificadas nessas categorias não realiza pesquisas, mas dedica-se a outros setores de atuação daqueles Centros — documentação, divulgação e informações, produção de material audiovisual e cursos de aperfeiçoamento para professores e outros profissionais da área de educação.

Além de Técnicos e Assistentes de Educação, existem no INEP alguns elementos formados em Ciências Sociais (classificados como Pesquisadores em Antropologia) e, admitidos a título precário, alguns "auxiliares de pesquisa em educação". Da relação do pessoal em exercício consta, ainda, a presença de um único estatístico mas não constam psicólogos ou economistas.

A maioria do pessoal que se ocupa em pesquisa é constituída de pedagogos, isto é, pessoas formadas em Pedagogia por Faculdades de Filosofia. Pouca ou nenhuma atenção se tem dado a essa atividade em cursos de Pedagogia, cujo corpo docente, em geral, é pouco familiarizado com as técnicas da pesquisa empírica. Os que provêm de ciências sociais são mais afeitos a tarefas tais como coleta e análise quantitativa de dados mas, via de regra, seus conhecimentos de "research design" e estatística são muito rudimentares.

O INEP tem por vêzes recorrido à assessoria de estatísticos que, no entanto, geralmente são convidados a atuar apenas em algumas fases dos projetos. Estes são inteiramente concebidos e dirigidos por pessoas da instituição. Por outro lado, a vinculação com professores universitários que realizam trabalhos de pesquisa em ciências humanas é praticamente inexistente.

Dos pesquisadores em exercício naqueles Centros, apenas um realizou treinamento no estrangeiro, e meia dúzia teve alguma iniciação sistemática em metodologia de pesquisa, por ter participado dos "Seminários para treinamento de pessoal em pesquisa", promovidos pelo INEP, no CRPE de São Paulo, a partir de 1962 (o último realizou-se em 1969 em condições precárias, por falta de regularidade no pagamento dos professores). Por razões várias — heterogeneidade do corpo docente, critérios de determinação do currículo, condições de trabalho, etc. —, o equipamento metodológico oferecido por esses seminários é bastante inferior ao que recebem estudantes em nível de mestrado nas boas universidades americanas.

Consciente da necessidade de aperfeiçoar o seu pessoal, o INEP tem promovido, em sua sede na Guanabara, alguns cursos de estatística e metodologia de pesquisas que, entretanto, como cursos esporádicos de curta duração, são, naturalmente, de alcance limitado.

Situação semelhante ou pior, no que se refere ao preparo do pessoal, apresentam os centros ou divisões de pesquisa das Secretarias Estaduais de Educação.

O Centro Nacional de Recursos Humanos, do Ministério de Planejamento, não possui quadro próprio de pesquisadores. Quanto ao CETRIU, da Fundação Getúlio Vargas, responsabilizam-se pelos estudos ali realizados principalmente economistas e engenheiros que, como os educadores do INEP, se formaram por faculdades em que a pesquisa empírica recebia pouca ou nenhuma

atenção.

Se a situação existente é a descrita acima, por outro lado pouca probabilidade há de grande mudança em futuro próximo. Os cursos superiores na área de educação e ciências humanas não oferecem, em geral, condições que permitam o desenvolvimento da competência especializada necessária ao planejamento e execução de projetos de pesquisa. Dos cursos de pós-graduação existentes, apenas alguns, em economia e ciências sociais, oferecem atualmente bom treinamento em pesquisa. É pouco provável, porém, que a competência adquirida nesses cursos se aplique à pesquisa educacional, caso as condições institucionais, em que esta se realiza, não fôrem modificadas.

Por outro lado, mesmo que essas condições se tornem atraentes para sociólogos, antropólogos e economistas, provindos daqueles cursos de pós-graduação, poderá a pesquisa educacional desenvolver-se sem a participação da psicopedagogia? Questões há, em educação, que dificilmente poderão ser adequadamente focalizadas de ângulo meramente econômico, sociológico ou antropológico. Basta lembrar os problemas de currículo, por exemplo, que tão carentes de pesquisa se apresentam em nosso país. Como sequer formulá-los, sem conhecimentos de pedagogia?

IV. PESQUISA E AÇÃO

A julgar pelos organogramas referentes às pastas da educação e planejamento, dir-se-ia que temos, no Brasil, a situação ideal para o relaciona

mento entre a pesquisa e a ação — instituições de pesquisa inseridas na estrutura mesma dos Ministérios e Secretarias, que traçam a política educacional e decidem quanto e como aplicar em educação. Porém, o que, de fato, vem ocorrendo?

Parece-nos conveniente considerar a questão sob dois aspectos, a saber: 1) o papel da pesquisa na formulação da política educacional em suas linhas mais amplas, e 2) a influência da pesquisa sobre o processo educacional propriamente dito, isto é, sobre o que acontece nas escolas.

Considerando a situação atual, poderíamos dizer, sem exagero, que tanto a formulação da política educacional, quanto a configuração das rotinas escolares se fazem à revelia do que acontece nas instituições de pesquisa, bem como de resultados acaso obtidos por pesquisadores isolados.

Contudo, procurando fazer um balanço retrospectivo, parece-nos igualmente legítimo afirmar que, em administrações passadas, a intenção de utilizar a pesquisa como fonte de esclarecimento para a ação traduzia-se em laços mais estreitos e iniciativas mais concretas que os existentes nestes dias.

Não queremos com isso afirmar que a liderança e as soluções do passado tenham sido inteiramente satisfatórias. Porém, ofereciam melhores condições para a realização de pesquisas, e alguns mecanismos que permitiam certa comunicação entre a pesquisa e a ação. O INEP, por exemplo, tinha algum papel na formulação da política educacional do país. Responsabilizava-se pela

aplicação do Fundo Nacional do Ensino Primário e traçava diretrizes para o ensino primário e normal. Não tinha ingerência direta nas decisões a respeito do ensino secundário ou superior mas, graças ao prestígio de que gozava e à filosofia por que se norteava, fazia-se presente nas ocasiões em que assuntos de ordem mais geral eram considerados. Assim, participou ativamente dos longos debates que precederam à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como do movimento relativo à reforma universitária, que se estruturou em torno do projeto da Universidade de Brasília, cuja criação liderou.

Obviamente, as posições que a direção e o "staff" do INEP defendiam nessas ocasiões não se inspiravam exclusivamente em estudos sistemáticos ou pesquisas rigorosamente conduzidas. Daquela maneira, porém, conseguia despertar a atenção de círculos mais amplos para certas características do sistema educacional de nosso país.

No que se refere ao segundo aspecto — relação entre a pesquisa e o processo educacional propriamente dito — algumas tentativas foram feitas no sentido de levar às escolas, não apenas mensagens de renovação, mas também material e recursos didáticos inspirados na preocupação de utilizar o que de mais "científico" ou adequado houvesse em metodologia do ensino. Assim, a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), que se filiava ao INEP, produziu e distribuiu, na década de cinquenta, vários manuais de ensino. Patrocinou também, o INEP, nos primeiros anos da década de sessenta, a elaboração de uma cartilha, baseada em estudos de linguística orientados por especialistas do Summer Institute, que, na ocasião, prestavam colaboração à Seção

de Antropologia do Museu Nacional.

Infelizmente, porém, as mudanças de orientação não têm favorecido a continuidade dos programas; e sem certa continuidade, dificilmente se poderá avaliar o alcance de qualquer medida.

Somos levados a pensar que, a fim de garantir certo padrão na formulação e execução das pesquisas, bem como a continuidade necessária a utilização prática de seus resultados, seriam necessários centros de estudos que tivessem certa autonomia e fôsem menos atingidos pelas oscilações do arbítrio governamental. Talvez tais centros não devessem situar-se no Ministério da Educação (ou do Planejamento).

A universidade poderia constituir uma alternativa. Na verdade, porém, em nenhuma universidade brasileira se encontram, presentemente, as condições necessárias para a realização de pesquisas que possam oferecer contribuição relevante ao desenvolvimento educacional do país. Referimo-nos ao setor de educação que, a nosso ver, é, naturalmente, o mais indicado para estudos dessa natureza.

Parece-nos, contudo, que algum esforço deveria ser feito no sentido de se desenvolver, em uma ou duas universidades do país, ou seja, onde fôse possível trazer para a educação a colaboração de pesquisadores de outros ramos das ciências humanas, programas de pesquisa de que participassem professores e alunos de pós-graduação.

Obviamente, não se resolveriam, com isso, todos os problemas da pesquisa educacional no Brasil. Porém, êsses núcleos poderiam desempenhar importante papel não só como centros de formação e aperfeiçoamento de pesquisadores, mas, também, como laboratórios e polos de irradiação de recursos da moderna tecnologia educacional.

PARTE B

RELAÇÃO, POR ASSUNTO, DOS PROJETOS DE PESQUISA INICIADOS
E/OU CONCLUÍDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

Codificação Utilizada na Caracterização dos Projetos.

Coluna A. Emprego de Técnicas Estatísticas.

Nota: A classificação adotada não deve ser interpretada como uma avaliação da "qualidade" da análise ou adequação dos instrumentos utilizados.

1. Não se baseia em dados quantitativos sistemáticos.
2. Distribuições de frequência. Tabelas com duas variáveis.
3. Tabelas com mais de duas variáveis. Coeficiente de correlação. Testes de significância estatística, quando aplicáveis.
4. Análise multidimensional elaborada. Regressão múltipla. Análise fatorial.
5. Informação insuficiente, aparentemente 1.
6. Informação insuficiente, aparentemente 2.
7. Informação insuficiente, aparentemente 3.
9. Ausência de informação.

Coluna B. Base Institucional do Pesquisador Principal.

1. Centro governamental de pesquisas.
2. Centro não-governamental de pesquisas.
3. Centro de pesquisas inserido em universidade.
4. Pesquisador independente - professor universitário.
5. Pesquisador independente - estudante universitário.
6. Organização comercial de pesquisas.
7. A própria escola ou instituição que mantém programa educacional.
8. Ausência de informação.

Coluna C. Campo do Pesquisador Principal.

1. Educação.
2. Psicologia.
3. Sociologia.
4. Antropologia Social.
5. Economia.
6. Outro.
9. Ausência de informação.

Coluna D. Fonte de Financiamento.

1. Fundos orçamentários da própria instituição.
2. Contrato com órgão governamental.
3. FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa no Est. de S. P. - bôlsa, auxílio).
4. CNPq - Centro Nacional de Pesquisas - (bôlsa, complementação de vencimentos).
5. Fundações e organizações internacionais.
6. Recursos do próprio pesquisador.
7. Organizações orientadas para a ação (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Associação Brasileira de Escolas Médicas, SENAC, SESI, SENAI, Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia, etc.).
8. Procura-se ainda obter financiamento.
9. Ausência de informação.

	A	B	C	D
<u>I. CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE, DOCENTE OU ADMINISTRATIVO DE ESCOLAS DE DIFERENTES NÍVEIS.</u>				
<u>A. Nível Primário.</u>				
1. Condições sócio-econômicas dos professores primários brasileiros. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
2. Caracterização do professor primário quanto ao nível de formação, posição funcional, expectativas e aspirações ocupacionais, em dois municípios baianos. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
3. Condições sócio-econômicas dos professores primários de 33 municípios do Est. da Bahia. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
4. Qualificações profissionais de supervisores, inspetores, diretores e professores primários do Est. da Bahia. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
5. Condições sócio-econômicas dos professores primários do Est. de Pernambuco. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	2	1	1	1
6. Condições sócio-econômicas dos alunos da Escola Parque. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
7. Caracterização dos alunos do Grupo Escolar "Júlia Kubitschek". Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte	2	1	1	1
8. Gomes, Josildeth da Silva, "Caracterização Sócio-econômica da criança da favela", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 52, nº 115, 1969	2	4	4	5

	A	B	C	D
9. Estudo da situação funcional dos professores leigos do ensino primário. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
<u>B. Nível Médio.</u>				
10. Características de alunos e professores dos vários ramos do ensino médio no Est. de São Paulo. Dias, José Augusto, et alii, <u>Ensino Médio e Estrutura Sócio-econômica</u> . Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1967	3	4	1	1/5
11. Características do corpo discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino médio do Est. de São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (José Augusto Dias) e Secretaria do Planejamento do Est. de São Paulo, 1969	3	4	1	2
12. Política de criação de escolas e seletividade social dos cursos de nível médio na área metropolitana de São Paulo. Gouveia, Aparecida Joly, "Desigualdades no Acesso à Educação de Nível Médio", <u>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</u> , Vol. 48, nº 107, 1967	3	1	3	1/5
13. Características e aspirações dos alunos dos vários ramos do ensino médio nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Pará. Gouveia, Aparecida Joly e Havighurst, Robert J., <u>Ensino Médio e Desenvolvimento</u> . São Paulo. Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1969	3	1	3	1/5
14. Levantamento da população atendida pelo Ginásio Estadual Pluricurricular. Equipe de Pesquisa do G. E. P. da Lapa, São Paulo	2	7	1	6
15. Caracterização da população escolar de nível médio em Salvador: proveniência sócio-econômica e atitudes face à mudança social. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	4	1

	A	B	C	D
16. Gouveia, Aparecida Joly, "Desenvolvimento econômico e mudanças da composição do magistério de nível médio", <u>Sociologia</u> , Vol. 26, nº 4, 1964	3	1	3	1/5
17. Levantamento do professorado em exercício no ensino médio em 1966: qualificações, características individuais, condições de trabalho, etc. Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura	2	7	1	1
18. Estudo sobre o adolescente. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul e Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9	1	1	1
<u>C. Nível Superior.</u>				
19. Classe social do candidato não aprovado no vestibular de 1967, em Salvador. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
20. Acesso das diversas classes sociais aos cursos de nível superior em Salvador no ano de 1965. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia.	2	1	1	1
21. Caracterização sócio-econômica do estudante universitário da Bahia. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
22. Vestibulandos às universidades do Recife: características sócio-econômicas e aspirações. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco	6	3	3	9
23. Estudantes de ciências sociais no Recife: características e aspirações. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco	6	3	3	9
24. O universitário nordestino e sua caracterização sócio-psicológica. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife	2	1	3	1

	A	B	C	D
25. Caracterização sócio-econômica do estudante universitário de Curitiba. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (Galbas Milléo)	6	4	3	6
26. Levantamento Efetuado na Rêde de Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (corpo docente e discente). Fundação Carlos Chagas, São Paulo	2	2	1	2
27. Algumas características sócio-culturais dos candidatos ao ingresso em escolas de nível superior. Fundação Carlos Chagas, São Paulo	3	2	1	5
28. Alunos da primeira turma do Curso Experimental de Medicina da Universidade de São Paulo. Fundação Carlos Chagas, São Paulo	2	2	1	5
29. Origem sócio-econômica dos alunos dos vários cursos das universidades localizadas na cidade de São Paulo. Gouveia, Aparecida Joly, "Democratização do Ensino Superior", <u>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</u> , Vol. 50, nº 112, 1968	3	4	3	6
30. Características e aspirações dos alunos da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André, S.P. (Hebe Guimarães Leme)	3	4	3	6
31. Castro, C.L. Monteiro de, <u>et alii</u> , <u>Caracterização sócio-econômica do estudante universitário</u> . Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968	2	1	1	1
32. Estudo sócio-econômico do estudante universitário. Rio de Janeiro: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1968	2	6	3	7

	A	B	C	D
33. Castro, C.L.M. de, <u>Características sócio-econômicas dos candidatos aos cursos de Medicina no Brasil</u> , Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Escolas Médicas, 1967	2	7	1	7
34. Estudantes das 3as. séries das faculdades do Est. de São Paulo: origem sócio-econômica, aspirações e expectativas profissionais. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (José Pastore)	4	3	3	2
35. Origem sócio-econômica e aspirações dos estudantes do núcleo universitário do ABC. Hebe Guimarães Leme (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André, S. P.)	3	4	3	6/7
36. Castro, C.L.M. de, <u>O Professor de Medicina</u> . Associação Brasileira de Escolas Médicas e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 1969	2	7	1	1/7
II. <u>EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES DE ESTUDANTES OU DA CLIENTELA POTENCIAL DE ESCOLAS DE DIFERENTES TIPOS.</u>				
1. Aspirações da população da periferia da cidade de São Paulo em relação a programas de Educação de Base-Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura do Município de São Paulo	2	7	3	1
2. Aspirações e expectativas educacionais e ocupacionais dos estudantes secundários. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.	6	3	3	1
3. Aspirações ocupacionais das alunas dos ginásios industriais da cidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da Universidade de São Paulo (Eva A. Blay)	3	4	3	3
4. Aspirações ocupacionais dos alunos do curso médio. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, S. P. (He-loisa S. do Amaral e Maria L. Silveira)	2	5	1	6

	A	B	C	D
5. Perspectiva de futuro e filosofia da vida de estudantes universitários. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Margarida M. Pompéia)	9	5	2	3
6. Aspirações Profissionais dos Estudantes de Nível Médio da Guanabara. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	3	3	3	2
7. Interesses Profissionais dos jovens de 15 anos na região de Bauru. Instituto Psico-Pedagógico Motter, Bauru, S.P.	6	4	9	9
8. Aspirações em relação à educação e profissão dos filhos, expressas por uma amostra de pais do município de Garibaldi, R.S.. Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Luci de Lima Gaboardi)	6	3	3	9
9. Expectativas profissionais e educacionais dos estudantes do 2º ciclo do nível médio da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	4	1
III. <u>CARACTERIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO DE CURSOS, ESCOLAS OU REDES ESCOLARES.</u>				
<u>A. Nível Primário.</u>				
1. Estudo sobre alfabetização de adultos no Brasil. Ministério de Planejamento: Centro Nacional de Recursos Humanos	2	1	1	1
2. Avaliação de uma experiência educacional. Equipe de pesquisa do Grupo Escolar Experimental da Lapa, São Paulo	3	7	1	6
3. Caracterização de uma escola experimental: Grupo Escolar "Júlia Kubitscheck". Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais	2	1	1	1
4. Aspectos qualitativos do ensino primário da Bahia. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	1	1	1	1

	A	B	C	D
5. Levantamento da situação do 1º ano primário. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
6. Expansão da escolaridade primária até a 6a. série. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	2	3	4	1
7. Funcionalidade da 6a. série. Aproveitamento dos alunos egressos da 6a. série na 2a. série ginásial. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
8. Avaliação dos resultados da aplicação da reforma do ensino primário no Rio Grande do Sul. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
<u>B. Nível Médio.</u>				
9. Admissão ao ginásio na Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
10. Presença de francês, inglês e latim no currículo das escolas secundárias da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
11. O artigo 99 na Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	1	1	1	1
12. Cursos de madureza em Belo Horizonte. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte	1	1	1	1
13. Pereira, João Batista Borges, <u>A escola secundária numa sociedade em mudança: uma interpretação sócio-antropológica de uma experiência administrativa.</u> São Paulo, Editora Pioneira, 1969	1	4	4	6
14. O ensino médio estadual de Pernambuco. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	5	1	1	1
15. Tipologia da escola industrial. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro	1	2	6	2

	A	B	C	D
16. O funcionamento da 4a. série do Colégio Técnico-Industrial. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro	1	2	6	2
17. Subsídios para um estudo sobre o ensino técnico. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	5	1	9	1
18. O ensino agrícola de nível médio. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Carlos Alberto Medina). Rio de Janeiro	2	2	3	1
19. Pinheiro <u>et alii</u> , Lucia Marques, "Formação do Professor Primário no Brasil", <u>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</u> , Vol. 52, nº 115, 1969	2	1	1	1
20. O Ensino Normal no Paraná e os Recursos Humanos para o Desenvolvimento. Secretaria da Educação e Cultura do Est. do Paraná (Ruth Campiani <u>et alii</u>), 1970	2	7	1	2
21. O ensino da Filosofia e História da Educação nas escolas normais da região de São José do Rio Preto, S.P. (Nilce A. Lodi)	1	4	1	9
22. A situação do ensino médio em Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Universidade para o Desenvolvimento do Est. de Santa Catarina	2	3	4	1/2
<u>C. Nível Superior.</u>				
23. Pastore, José. <u>Avaliação qualitativa do Ensino Superior do Est. de São Paulo</u> . Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, mediante convênio com a Secretaria do Planejamento do Est. de São Paulo, 1970	3	3	3	2
24. Levantamento dos alunos do curso ginásial e colegial, por faixa etária. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1

	A	B	C	D
25. Campos, M. A. Pourchet, <u>Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil</u> , Diretoria do Ensino Superior, Ministério da Educação e Cultura, 1966	2	1	6	1
26. Características básicas das escolas na área das ciências da saúde. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, mediante convênio com o Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a saúde	2	7	1	1/7
27. As Faculdades de Medicina Veterinária no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos. Fundação Carlos Chagas. São Paulo	3	3	6	8
28. A estrutura das universidades brasileiras. Centro Nacional de Recursos Humanos, Ministério do Planejamento	1	1	6	1
29. Cunha, Nadia Franco. <u>Vestibular na Guanabara</u> . Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968	2	1	1	1
30. Condições para a realização de pós-graduação nas universidades brasileiras. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro	1	1	6	2
31. Realidade universitária do Amazonas. Universidade Federal do Amazonas (Edson de Aguiar Rosa <u>et alii</u>)	5	4	9	9
32. Análise estatística de dados referentes a estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Fundação Getúlio Vargas: Escola Brasileira de Administração Pública (Simon Schwartzman)	7	2	3	1
<u>D. Mais de um Nível de Ensino. Cursos Especiais.</u>				
33. Levantamento analítico do sistema educacional de Pernambuco. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	6	1	1	1

	A	B	C	D
34. Formação intensiva do professor. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul	1	1	1	1
35. Diagnóstico da educação física e do esporte no Brasil. Centro Nacional de Recursos Humanos, Ministério do Planejamento	6	1	9	1
36. Levantamento da realidade educacional paranaense. Departamento de Estatística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná	2	4	6	2
37. Análise da rede escolar do município de Curitiba. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba	2	7	1	2
38. Estrutura escolar do Vale do Ribeira, S. P. Centro de Estudos de Sociologia Rural e Urbana da Universidade de São Paulo (J. P. Souza Campos e M. C. Souza Campos)	2	3	3	2
IV. <u>RENDIMENTO ESCOLAR.</u> <u>REPROVAÇÃO. EVASÃO.</u>				
A. <u>Nível Primário.</u>				
1. Aproveitamento na escola primária: Um estudo comparativo dos fatores intelectuais e sócio-econômicos. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Fulvia M. de B. M. Rosemberg)	3	5	2	3
2. Aproveitamento escolar e dificuldades de aprendizagem de crianças residentes em favelas do Rio de Janeiro. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Olga Lopes da Cruz)	3	2	3	5
3. Aproveitamento em linguagem na 1a. série primária. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1

	A	B	C	D
4. Influência exercida na alfabetização por fatores relacionados com a criança (socio-econômico, psicológico, etc.) e a escola (critério de promoção, carga horária, métodos e recursos didáticos, etc.) em cursos primários da rede oficial nas capitais dos Estados e Territórios. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.	3	1	1	1/5
5. Efeitos de variáveis organizacionais, escolares e ecológicas sobre o rendimento escolar no Estado do Rio Grande do Sul. Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Índio do Brasil T. Amaral)	3	3	9	5
6. Evasão escolar no ensino primário e supletivo em Minas Gerais. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais	2	1	1	1
7. Quirino, Tarcízio Rêgo, "A evasão escolar dos cursos primários e médios do Nordeste". <u>Cadernos Região e Educação</u> , Vol. 8, nº 16, 1968	2	1	3	1
8. Repetência na escola primária. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais	2	1	1	1
9. Causas da evasão escolar e repetência. Instituto de Pesquisa e Planejamento Educacional da Secretaria de Educação de Pernambuco	6	1	9	1
10. Calendário agrícola e frequência escolar em Pernambuco. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	6	1	1	1
<u>B. Nível Médio.</u>				
11. Levantamento de dados sobre reprovação e anos de escolaridade de alunos matriculados na 1ª. série de 13 ginásios oficiais do Est. da Bahia	2	1	1	1

	A	B	C	D
12. Reprovação na 1a. série das escolas secundárias públicas da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
13. Quirino, Tarcízio Rêgo, "Algumas variáveis sócio-econômicas da evasão escolar da escola secundária no Brasil", <u>Cadernos Região e Educação</u> , Vol. 8, nº 15, 1968	2	1	3	5
14. Rendimento escolar, disciplina e status sócio-econômico entre alunos de uma escola secundária da Guanabara. Faculdade de Administração de Empresas da Univ. do Est. da Guanabara (Sérgio Maranhão)	3	5	5	6
15. Araujo, Dalton Moreira de. <u>A evasão escolar no SENAC de Pernambuco</u> . Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 1964	2	7	3	7
16. Relação entre rendimento escolar e características sócio-econômicas entre os alunos do curso colegial da Guanabara. Fundação Getúlio Vargas (Nícia Bessa)	4	2	2	5
<u>C. Nível Superior.</u>				
17. Predição do comportamento acadêmico: alunos da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Fundação Carlos Chagas, São Paulo	4	2	1	5
18. Associação entre a classificação no vestibular e as características sócio-culturais do candidato. Fundação Carlos Chagas. São Paulo	3	2	1	5
<u>V. DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES E DESEMPENHO DE PAPÉIS RELACIONADOS COM A SITUAÇÃO ESCOLAR.</u>				
1. O diretor da escola primária no Estado de São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (João G. de C. Menezes)	1	4	1	6

	A	B	C	D
2. Desempenho do professor em situação de estágio em prática de ensino. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul	5	1	1	1
<u>VI. APRENDIZAGEM. DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO.</u>				
1. Evolução de alguns conceitos espaciais em pré-escolares. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Ana Maria Poppovic)	4	4	2	6
2. Influência relativa dos fatores Inteligência e Maturidade na aprendizagem da leitura e escrita aos seis anos de idade. Poppovic, Ana Maria, <u>Alfabetização - Disfunções Psiconeurológicas</u> . São Paulo: Vetor Editora Psicopedagógica Ltda. 1968	4	4	2	6
3. Disfunções psico-neurológicas da aprendizagem da leitura e escrita. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Ana Maria Poppovic)	4	4	2	3
4. Comportamento Social de pré-escolares. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Curso de Pós-graduação em Psicologia Educacional (Maria Edméa M. M. de Andrade)	4	5	1	8
5. Alguns fatores psicológicos no rendimento em leitura. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (M. J. de B. F. Aguirre)	3	4	2	3
6. Memória visual, motricidade e personalidade em relação com os resultados no exame de leitura. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (M. J. de B. F. Aguirre)	3	4	2	3
7. A discriminação de forma no pré-escolar. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (M. J. de B. F. Aguirre e O. L. Van Kolck)	2	4	2	6

	A	B	C	D
8. Leitura oral e compreensão: discriminação do nível de rendimento. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (M. J. de B.F. Aguirre e colaboradores)	3	4	2	6
9. Ansiedade e aprendizagem serial. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Nelson Rosamilha)	3	4	2	6
10. Valôres ocupacionais e aptidão intelectual. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (A. P. R. Agatti)	4	4	2	6
11. Desenvolvimento da linguagem em pré-escolares. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Curso de Pós-graduação em Psicologia Educacional (Joel Martins)	2	5	2	6
12. Processo de elaboração e transformação simbólica. Faculdade de Serviço Social de Ribeirão Preto, S.P. (Carlos Gregolini)	9	4	2	3
13. Discriminação dos padrões perceptivos dos débeis mentais. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Rachel L. Rodrigues)	9	4	2	3
14. Desenvolvimento da personalidade infantil: estudo através do psicodiagnóstico de Rorschach. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Margarida A. Wildholz)	9	4	2	3
15. Princípios cibernéticos de aprendizagem aplicados ao planejamento educacional. Pontifícia Universidade de São Paulo (Jean Graham Clark)	9	4	2	3
16. Emprêgo do refôrço na modificação do comportamento de crianças em situação escolar. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Nilce P. Mejias)	9	4	2	3
17. Contingências de discriminação em supressão condicionada e seus efeitos na proteção comportamental. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Ana M. Murielo)	9	4	2	3

	A	B	C	D
18. Evolução da estrutura da frase entre crianças do curso primário de Belo Horizonte. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte.	9	1	1	1
19. Domínio, pelas crianças da escola primária, da conceituação e vocabulário envolvidos no ensino da História e Geografia. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.	6	1	1	1
20. Pesquisa piloto sobre a estrutura da fala entre adolescentes do curso ginásial noturno - São Paulo. Ginásios Vocacionais de São Paulo (Nites Therezinha Feres)	9	7	9	9
21. A aquisição da noção de conservação da quantidade e o desenvolvimento verbal da criança. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, S.P. (Maria Cecília de Oliveira Micotti)	9	4	9	9
22. Estudo de alguns aspectos da representação do espaço entre crianças brasileiras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, S.P. (Lívia Oliveira et alii)	9	4	9	9
23. Novaes, Maria Helena "Influência da organização perceptomotora na aprendizagem", <u>Educação Hoje</u> , 13, 1971	7	4	2	9
VII. <u>MÉTODOS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS. TECNOLOGIA EDUCACIONAL.</u>				
1. Avaliação da eficiência do BSCS no ensino da Biologia no curso colegial. Fundação Carlos Chagas. São Paulo	4	2	1	5
2. A técnica do "role-playing" como instrumento educacional. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Curso de Pós-graduação em Psicologia Educacional (Joel Martins)	1	5	1	6

	A	B	C	D
3. Efeitos de técnicas de aconselhamento psicológico. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Oswaldo de Barros Santos)	1	4	2	6
4. Melhoria do rendimento no 1º ano em quatro escolas primárias da Guanabara. Promoção obtida com o método misto e outros métodos de ensino da leitura e escrita. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	3	1	1	1
5. Atitudes, métodos e recursos de ensino de professores primários destacados da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
6. O ensino da matemática no nível primário. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco	9	1	1	1
7. Situação atual dos recursos audiovisuais nas escolas secundárias da cidade de São Paulo. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo	2	1	1	1
8. Ensino de artes industriais por meio de instrução programada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Nelson Rosamilha e Carlos Roberto Martins)	9	4	2	6
9. Tecnologia do comportamento, instrução programada e aprendizagem de gramática. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Nelson Rosamilha)	9	4	2	6
10. A televisão educativa no Brasil. Ministério do Planejamento. Centro Nacional de Recursos Humanos	2	1	9	1
11. Obstáculos sociais ao uso da TV como veículo educacional. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco	7	3	3	9
12. Myriam B. de M. Vasconcelos, "Uma experiência de televisão instrucional: Let's learn English", <u>Cadernos Região e Educação</u> , Vol. 9, nº 17, 1969	2	1	1	1

	A	B	C	D
13. Myriam B. de M. Vasconcelos, "A teleaudiência da TVU - canal 11", <u>Cadernos Região e Educação</u> , Vol. 9, nº 17, 1969	2	1	1	1
14. Myriam B. de M. Vasconcelos, "Área de recepção da TVU em Pernambuco, Paraíba e Alagoas", <u>Cadernos Região e Educação</u> , Vol. 9, nº 17, 1969	2	1	1	1
15. Leitura acelerada aplicada ao estudo de Ciências. Instituto de Química da Universidade Federal do Ceará (L. Parente)	7	4	9	9
16. Um estudo sobre os processos didáticos utilizados no ensino da Física no curso médio. Universidade Federal de Minas Gerais (Beatriz Alvarenga Alvarez)	9	4	9	9
17. Tecnologia educacional e formação de professores. Instituto de Tecnologia Educacional, Universidade Federal de São Carlos, S. P.	7	3	9	9
18. Ensino programado em Física Experimental. Universidade Federal de São Carlos, S. P.	9	4	9	9
19. Eficiência de um programa sobre como avaliar um texto programado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (G. P. Witter et alii)	7	4	1	9
<u>VIII. ELABORAÇÃO, VALIDAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MEDIDA. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.</u>				
1. Padronização do teste S.O.N. (Snijders-Oomen Non-verbal Intelligence Scale) para sujeitos de audição normal e para deficientes auditivos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Centro de Estudos e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Maria Amélia Goldberg)	3	7	1	1

	A	B	C	D
2. Elaboração de uma diferencial semântica para masculinidade-feminilidade. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Instituto de Biotipologia do Est. de São Paulo (Odete L. van Kolck e Theo van Kolck)	3	4	2	3
3. Validação de um teste para medir motivo de realização em escolares do ensino primário. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	3	1	1	1
4. Angelini, Arrigo L., "Emprêgo da técnica de completamento de histórias para a análise da maneira pela qual crianças e adolescentes enfrentam certos problemas da vida diária". <u>Aportaciones de la Psicología a la Investigación Transcultural</u> . México: Editorial F. Trillas, S.A., 1969	3	4	2	5
5. Uma escala de auto-conceito para adolescentes. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, S.P. (Edna Maria Marturano)	7	4	2	3
6. Definição de palavras como instrumento de apreciação da inteligência infantil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Lúcia Carvalhese Bonilla)	9	5	2	3
7. Validade externa de métodos psicológicos para o estudo da personalidade. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (M. Pierro)	9	5	2	3
8. Critérios para a seleção de alunos para as escolas normais. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	3	1	1	1
9. Vantagens e desvantagens do método de avaliação da aprendizagem empregado nos estabelecimentos de ensino da Bahia em 1969. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	1	1	1	1

	A	B	C	D
10. Processo de avaliação do aluno num grupo escolar experimental. Ana Maria Saul e Heloisa S. Gomes (Grupo Escolar Experimental da Lapa, S.P.)	1	7	1	1
11. Testes de desenvolvimento educacional: relatório técnico. Fundação Getúlio Vargas (Nícia Bessa)	4	2	2	5
12. Critérios de classificação em exames vestibulares através de média ponderada com pesos pré-estabelecidos. Universidade de São Paulo (Marcius F. Georgetti)	7	4	9	9
13. Avaliação estatística de resultados de exames. Universidade Federal de São Carlos, S.P. (Mário Tolentino e Adalberto P.P. de Toledo)	7	4	9	9
14. Seleção de candidatos à Faculdade de Medicina: correlações entre as várias provas de candidatos à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, de 1969. Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais (Galeno Procópio Alvarenga e Climene Silva Alvarenga)	7	4	2	9
IX. ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO.				
1. Política e Educação: levantamento de dados para a elaboração de um "caso" de administração pública estadual na área específica da chamada "pasta da educação". Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (João da Matta)	9	4	0	7
X. ECONOMIA DA EDUCAÇÃO.				
1. Custos da escolarização primária e média na Guanabara. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro	2	2	3	2
2. Análise dos custos da educação no Brasil. DEPE do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	6	1	1	1

	A	B	C	D
3. Eficiência e custos das escolas secundárias da Guanabara. Ministério do Planejamento: Instituto de Pesquisas do IPEA, (Claudio M. Castro)	4	1	5	1
4. Análise econômica do sistema educacional de São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, mediante convênio com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai	3	3	5	2
<u>XI. "FOLLOW-UP" DE EX-ALUNOS E BOLSISTAS.</u>				
1. "Follow-up" de deficientes auditivos egressos de instituições especializadas em educação e reabilitação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Centro de Estudos e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação	7	7	1	7
2. Nogueira, Oracy e Leão, M.A.C. - <u>O Curso de Artes Industriais do SESI: Uma pesquisa entre ex-alunos.</u> São Paulo. Serviço Social da Indústria, 1969	2	4	3	7
3. Estudo comparativo dos ex-alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e das demais escolas públicas de bairros proletários de Salvador. Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia	2	1	1	1
4. Destino das crianças que terminaram as escolas primárias da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
5. A atividade dos técnicos de nível médio na indústria de alimentação. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro	2	2	6	2
6. "Follow-up" de bolsistas que realizaram estudos no estrangeiro. Escola Brasileira de Administração Pública e Centro de Estudos em Recursos Humanos - em cooperação com o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e UNITAR	4	2	3	2/5

	A	B	C	D
7. Destino profissional dos ex-alunos do Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Celso de Rui Beisiegel e colaboradores)	2	4	3	3
8. Seguimento dos ex-alunos dos cursos de formação e aperfeiçoamento do pessoal de educação ministrados no 2º Plano de Operação MEC-INEP-UNICEF-UNESCO- 1967/1968 - Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais	5	1	1	1
9. <u>Destino profissional dos ex-alunos do SENAC.</u> Departamento Nacional do SENAC. Rio de Janeiro, 1968	2	7	4	7
10. Castro, Claudio de Moura, "O que faz um economista". <u>Revista Brasileira de Economia.</u> Vol.24, nº 4, 1970	3	1	5	9
11. Estudo longitudinal dos egressos da Escola Normal Experimental D. Diogo de Souza. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
<u>XII. RECURSOS HUMANOS. MERCADO DE TRABALHO.</u>				
1. Características do Mercado de Trabalho para profissionais de nível médio e superior no Est. de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento do Est. de São Paulo	3	1	3	1
2. Bréjon, Moysés. <u>Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento.</u> São Paulo: Editôra Pioneira, 1968	2	4	1	6
3. Levantamento de Oportunidade Profissionais para Deficientes Auditivos. Pontifícia Universidade de São Paulo, Centro de Estudos dos Distúrbios da Comunicação (M.A. Goldberg)	6	7	1	7

	A	B	C	D
4. Profissionais de Nível Médio e Superior na Indústria Paulista. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (José Pastore e colaboradores) mediante convênio com a Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo e SENAI	4	3	3	2/7
5. <u>Pesquisa sobre os profissionais de nível superior</u> . Rio de Janeiro: CETRHU, Fundação Getúlio Vargas	2	2	5	2
6. <u>Mão de obra empregada na indústria de fundição</u> (nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro). Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1969	2	2	6	2
7. A mão de obra em construção civil na Guanabara. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro	2	2	6	2
8. Análise geral de dados estatísticos sobre recursos humanos no país. Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro	9	2	6	5
9. Escolarização e mão de obra industrial: levantamento das principais deficiências da escola primária na preparação de pessoal que ingressa diretamente no mercado de trabalho do Estado da Guanabara	6	1	4	1/4
10. Mão de obra de nível superior para ciências agrárias. Ministério do Planejamento: Centro Nacional de Recursos Humanos	6	1	6	1
11. Estudo de demanda de cientistas e profissionais de nível superior: Ministério do Planejamento: Centro Nacional de Recursos Humanos	6	1	6	1
12. Sá, Paulo. Um Problema de Recursos Humanos: O Engenheiro no Brasil. Fundação Getúlio Vargas, CETRHU, 1969	1	2	6	2

	A	B	C	D
13. Levantamento do pessoal de nível superior do Pará. Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Belém (Amílcar Tupiassu)	6	1	3	1
14. Oferta de mão de obra industrial no município de Belém. Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Belém (A. Tupiassu)	6	1	3	1
15. Demanda de recursos humanos no setor da pesquisa científica e tecnológica, no Est. de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, S. P., mediante convênio com a Secretaria de Economia e Planejamento do Est. de São Paulo	6	4	3	2
16. Levantamento da mão de obra ligada às atividades urbanas. Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, mediante convênio com a Secretaria de Economia e Planejamento do Est. de São Paulo	7	3	5	2
17. Diagnóstico de recursos humanos da Região Sul (com vistas a projeções sobre necessidades de formação, treinamento e reciclagem). Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, mediante convênio com a SUDESUL.	7	3	5	2
18. Estudo da transformação da mão de obra agrícola no Est. de São Paulo, Centro de Estudos de Sociologia Rural e Urbana, Univ. de São Paulo	6	3	3	9
19. Demanda de profissionais de nível superior na Indústria Paranaense. Instituto Euvaldo Lodi- Núcleo Regional do Paraná	2	7	3	7
20. As perspectivas do mercado de trabalho para engenheiros, arquitetos e agrônomos. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Est. de São Paulo, mediante contrato com instituição privada de pesquisa	3	6	9	7

	A	B	C	D
21. Inserção das instituições educacionais na realidade brasileira, com especial referência entre a formação escolar e o mercado de trabalho. Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, Rio de Janeiro (Carlos Alberto Medina)	2	2	3	1
22. Recursos humanos da Grande São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento do Est. de São Paulo. Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura do Município de São Paulo e Grupo Executivo da mesma prefeitura, mediante contrato com instituição privada de pesquisa	3	6	9	2
23. Freitas, Ivan Gonçalves de. <u>Mão de Obra Industrial na Guanabara</u> . Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, monografia nº 4, 1967	2	3	3	9
24. Castro, C.L.M.de, e colaboradores, <u>Educação de Recursos Humanos e a atual mão de Obra no Setor da Saúde. Núcleo Integrado de Recursos Humanos na Área da Saúde</u> . Rio de Janeiro, 1970	2	7	1	7
<u>XIII. OPINIÕES, ATITUDES E DEPOIMENTOS DE PROFESSORES SOBRE PROBLEMAS OU SITUAÇÕES ESCOLARES.</u>				
1. Atitudes dos professores secundários do ensino oficial de São Paulo em relação à função de diretor. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (José Augusto Dias)	3	4	1	6
2. Levantamento das dificuldades de professoras recém-formadas, na regência de turmas do 1º ano primário da Guanabara. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais	2	1	1	1
3. Gouveia, Aparecida Joly. "Educação e Desenvolvimento: Pontos de Vista dos Professores Secundários", <u>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</u> , Vol. 46, nº 103, 1966	3	1	3	1/5

	A	B	C	D
4. Opinião dos professores do 1º ciclo do secundário sobre a reforma do ensino médio no Est. de São Paulo. Centro Regional de Pesquisas Educacionais	2	1	3	1
5. Opinião dos professores sobre o trabalho em classes de recuperação. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
6. Depoimento dos professores sobre programas experimentais do curso primário. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Est. do Rio Grande do Sul	2	1	1	1
7. Satisfações e insatisfações do corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Galeno Procópio Alvarenga et alii	6	4	2	9
<u>XIV. EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS.</u>				
1. Três décadas de liderança estudantil no Brasil. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Maurício Aaron Sterns)	7	3	3	9
2. O comportamento do estudante: um estudo do radicalismo e do conformismo. Gilda Gouveia Perosa - tese de mestrado - Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo	4	5	3	3
3. Educação de base e mobilização social na zona rural. Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ives Chalout)	7	3	3	9
4. Brito, Sulamita de. "A juventude universitária e a política". <u>Cadernos Brasileiros</u> . Vol.10, nº 48, 1968	1	4	3	9
5. O conceito da mudança social na bibliografia educacional brasileira - Ana Maria A. Ferreira Bianchi - tese de mestrado - Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo	3	5	3	3

	A	B	C	D
6. Foracchi, Maria Alice M., <u>O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira</u> . Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1965	1	4	3	6